

Semiótica greimasiana: iniciando a conversa

Ana Cristina Fricke Matte
UFMG

Glaucia Muniz Proença Lara
UFMG

1. A entrada no texto – Recortes

Analisar textos usando a semiótica greimasiana (ou francesa) não significa emoldurar cada texto dentro de uma estrutura previamente construída, mas verificar os usos que o texto faz de uma dada estrutura para construir seu sentido específico. A primeira saliência do texto diz respeito à sua forma geral. Basicamente, início ou introdução, meio ou desenvolvimento e fim ou conclusão. Isso implica que o texto é finito e essa noção é básica para qualquer análise. Mesmo um texto retirado da vida cotidiana (a gravação de um diálogo, por exemplo) será um recorte e manterá com o texto original – o macro-texto do mundo real – uma relação de certa independência, pois, ao ser retirado do contexto, perde alguns efeitos de sentido e ganha outros.

Cada texto “re-forma” a estrutura canônica, somando, subtraindo, dividindo ou multiplicando as partes, o que depende, de certa forma, do tamanho do texto, mas muito mais de sua organização interna. Isso implica que os modelos enunciativos, narrativos, figurativos e passionais que compõem essa estrutura canônica não constituem uma “camisa-de-força” para “enformar” as análises (no sentido de colocá-las dentro de uma fôrma), mas, antes, são convocados ou revogados pelo exercício concreto do discurso.

Numa análise, é extremamente útil a divisão do texto em partes, mas uma divisão aleatória pode acarretar a necessidade de rearranjos durante a análise propriamente dita. Portanto, deve-se utilizar algum recurso analítico que propicie uma divisão coesa das partes. A leitura do texto permite nele identificar diferentes momentos. No entanto, essa identificação ocorrerá em diferentes níveis do conteúdo ou mesmo no plano da expressão (HJELMSLEV, 1968), conforme a(s) linguagem(ns) em jogo no texto analisado.

Nessa perspectiva, a teoria semiótica, fazendo, num primeiro momento, abstração do plano de expressão, examina o plano de conteúdo dos textos, dividindo-o em três níveis que compõem o percurso gerativo de sentido: os níveis fundamental, narrativo e discursivo, que vão, portanto, do mais profundo e abstrato ao mais superficial e concreto. O **fundamental** é o nível das oposições de base, das tensões e das valorizações positivo/negativo. O **narrativo**, por sua vez, é o nível actancial, das relações lógicas entre sujeitos, objetos e outros sujeitos; é o nível das modalizações. O **discursivo**, enfim, é o nível temático-figurativo, temporal e espacial, de aspectualizações e debreagens, de figurativização e atorialização.

2. Análise Semiótica do Texto:

2.1. Elementos Teóricos

A análise do plano de conteúdo dos textos baseia-se nos procedimentos clássicos da semiótica francesa, enfatizando, em cada texto, os elementos que nele têm maior atuação na construção do sentido. O movimento dos passos sai, assim, do discursivo (nível mais próximo da manifestação e, portanto, aquele com que se defronta o analista num primeiro momento), passa pelo nível intermediário (o narrativo), vai ao fundamental e salta novamente para o discursivo. Nesse sentido, cada nível “ilumina” o(s) outro(s), num processo de desconstrução, que precede a reconstrução do sentido nos textos.

2.2. Os Níveis Semióticos: descrição

A palavra “nível” é aqui utilizada em duas acepções: em primeiro lugar, para designar cada um dos termos da dicotomia expressão/conteúdo. Em segundo lugar, para se referir a cada segmento da construção do sentido em termos de profundidade da análise.

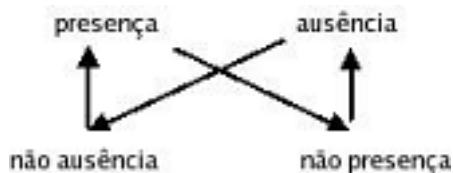
A dicotomia expressão/conteúdo vem de Hjelmslev (1968). Segundo ele, o sentido ocorre pelo encontro desses dois níveis que, como tais, são suscetíveis de ser analisados pela mesma metalinguagem descritiva. Para evitar confusões, manteremos o termo “níveis” apenas para a segunda acepção, preferindo o termo “planos” para descrever a relação entre conteúdo e expressão, que, juntos, constituem o texto.

Já os níveis propostos por Greimas & Courtès (1989) exploram o texto como um todo em sua profundidade, como foi descrito anteriormente, situando-se no plano do conteúdo proposto por Hjelmslev (que, assim como o plano da expressão, é dotado de uma forma e uma substância). Quanto mais profundo o nível, mais amplas e menos articuladas, ou seja, mais simples e abstratas são suas unidades. Para analisar os níveis da geração do sentido propostos pela teoria semiótica, optamos por utilizar um exemplo. Trata-se de um texto constituído de uma única frase:

Quando chegou, encheu-me de vida outra vez.

2.2.1. O nível fundamental

O nível fundamental (ou profundo) organiza uma estrutura elementar que é uma oposição semântica. No caso do texto-exemplo, podemos elaborar essa estrutura com os termos presença/ausência. O quadrado semiótico organiza logicamente os termos da estrutura fundamental. Segundo o exemplo proposto, temos o seguinte quadrado semiótico:



Ainda nesse nível, ocorre uma marcação tímica (euforia/disforia) de cada um dos termos da estrutura. O texto do exemplo marca a presença com a euforia (traço positivo) e a ausência com a disforia (traço negativo), marcação que depende exclusivamente do texto. Essa sintaxe do nível fundamental orienta a oposição semântica com relações de negação e de implicação. No caso da oposição acima, na qual presença e ausência têm uma relação de contrariedade, a negação (contraditoriedade) produz os termos não-presença e não-ausência, os sub-contrários. Além disso, é previsto um termo complexo, que soma os contrários, e um termo neutro,

que soma os sub-contrários. Esse quadrado possibilita dois percursos lógicos básicos, marcados pela previsibilidade:

1. presença >> não presença >> ausência
2. ausência >> não ausência >> presença

O texto do exemplo sugere um momento anterior de ausência e a negação da ausência (a chegada de alguém) que implica a presença (conforme percurso 2 acima). Como nesse texto a vida é eufórica, o percurso é euforizante. É a timia que investe esses percursos semanticamente. Sem ela, só temos a indicação de que, para chegar a um dos termos da oposição, é preciso negar o outro (por exemplo, ausência e não-ausência) e que a negação de um termo implica o outro (por exemplo, não-ausência >> presença). O quadrado semiótico, portanto, diz respeito à forma do conteúdo do nível profundo, enquanto a timia dá orientação a seus termos. Como modelo básico de previsibilidade e relação, o quadrado semiótico pode ser usado em qualquer nível da construção do sentido.

2.2.2.O nível narrativo

2.2.2.1. Estados e transformações de estados

O nível narrativo também trata de pressuposições lógicas. Há um investimento semântico e sintático da dicotomia fundamental, no qual entram os papéis actanciais (actantes) do nível narrativo. Em primeiro lugar, organizam-se as relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos.

Nesse nível do percurso gerativo, cada texto é composto por um ou mais programas que compreendem uma transformação de estado(s), ou seja, uma transformação na relação entre sujeito e objeto ou entre o sujeito e um outro sujeito. Um programa de base é aquele que abrange o texto como um todo e contém a idéia central da narrativa. Geralmente, além do programa de base, há outros programas secundários, isto é, transformações de estado que auxiliam ou dificultam o programa de base e são chamados de programas de uso.

Um estado é a relação de junção de um sujeito com um objeto. No caso do texto-exemplo, temos um sujeito (o “eu” do texto) e um objeto (“vida”). O programa de base é a transformação de um estado de

disjunção (o sujeito estava “vazio de vida”) em um estado de conjunção (“encheu-me de vida”). Mas não é só isso. Voltemos ao exemplo: *Quando chegou, encheu-me de vida outra vez*.

A expressão “outra vez” implica outra pressuposição: antes do “vazio” pressuposto houve um “cheio”, também pressuposto. Além disso, não sabemos quem foi o autor da primeira transformação, mas sabemos que o autor da última transformação foi um outro sujeito, aquele que “chegou”. Lembramos que, na teoria semiótica, sujeito e objeto não podem ser confundidos com pessoa e coisa.

Essa pequena frase, portanto, contém uma seqüência lógica de estados e transformações de estados, bem como uma relação entre pelo menos dois sujeitos. Com as notações que a semiótica utilizou amplamente na década de 1970 podemos descrever esse percurso narrativo da seguinte forma:

1. $S_{eu} \cap O_{vida}^1$
2. $S_?(S_{eu} \cap O_{vida} \rightarrow S_{eu} \cup O_{vida})^2$
3. $S_{quem\ chegou}(S_{eu} \cup O_{vida} \rightarrow S_{eu} \cap O_{vida})^3$

Há, porém, muitas perguntas que poderiam ser feitas sobre o conteúdo do nosso exemplo às quais ele não responde, ou responde parcialmente. Para responder com exatidão, seria necessário um contexto maior. De qualquer forma, a semiótica narrativa torna tais questões relevantes e pertinentes mesmo num texto que não responda a elas.

2.2.2.2. Modalização

Uma dessas questões é a modalização do sujeito para o fazer. No caso do nosso exemplo, sabemos que $S_{quem\ chegou}$ provocou uma transformação no estado do S_{eu} . Como essa transformação leva a uma conjunção eufórica (vida, nesse texto, é eufórica), podemos pressupor

¹ O sujeito Eu está em conjunção com o objeto vida.

² Um sujeito qualquer promoveu a transformação do estado 1 do sujeito Eu, que passa a estar em disjunção com o objeto vida.

³ O sujeito Quem Chegou promove a transformação do estado 2 do Sujeito Eu, que volta a estar em conjunção com o objeto vida.

que S_{eu} desejava essa conjunção. Se não a realizou sozinho, é porque não estava modalizado para esse fazer, ou seja, não tinha o /poder/, o /saber/ ou ambos. Um sujeito que /quer/ ou /deve/ fazer algo, mas /não sabe/ ou /não pode/ fazê-lo é um sujeito *virtual*. S_{eu} é, portanto, um sujeito virtual.

Já S_{quem chegou} tinha o /poder/ e o /saber/, pois fez (realizou uma ação). S_{quem chegou} era um sujeito *atualizado*, pronto para o fazer. Mas não teria feito se não quisesse ou devesse fazer. Ele fez e isso inclui, no rol das pressuposições do texto, um /querer/ ou /dever/ de S_{quem chegou}.

A modalização de S_{quem chegou} e mesmo de S_{eu} está pressuposta. O percurso gerativo do sentido prevê um percurso anterior ao fazer (transformação de estado) que corresponde justamente à modalização do sujeito, a qual ocorre sempre numa relação entre sujeitos. Um sujeito A persuade um sujeito B a /querer/ ou /dever/ fazer algo. Para atualizar o sujeito B (dotá-lo de /poder/ e /saber/) também um sujeito A, ou um outro sujeito C, manipula o sujeito B. As funções de A, B ou C nesse momento não são de sujeitos, mas de destinadores (A e C) e de destinatário (B).

A manipulação, de certa forma, cria o sujeito, pois, na nossa concepção, um sujeito só é sujeito se estiver dotado das modalidades que o virtualizam. O investimento discursivo do personagem, esteja ele na forma humana, animal ou inanimada, não é decisivo, apesar de sugerir diferentes modalizações potenciais. Somente um actante que for modalizado pelo /querer/ ou pelo /dever/ fazer alguma coisa, modalidades virtualizantes, será considerado sujeito na narrativa e cabe à manipulação, implícita ou explícita, dotá-lo de tais modalidades.

Para distinguir, porém, um possível sujeito de um personagem sem qualquer possibilidade de virtualizar-se na narrativa, optamos por utilizar a figura do proto-sujeito, um personagem que, apesar de inserido num contexto propício, não chega a /querer/ ou /dever/ fazer coisa alguma⁴.

⁴ Estamos utilizando operacionalmente um conceito que surge, na semiótica, como anterior à significação. Essa escolha possibilita distinguir actantes objetos e não actantes de actantes presos a uma potencialidade não efetivada. A idéia de proto-sujeito surge em Greimas & Fontanille (1993): “A polarização cumulativa das energias não é, no entanto, sua ‘tomada de posição’ e não implica a discretização dos pólos, que só pode resultar da projeção cognitiva do descontínuo. Nessas condições, ainda não é possível falar das ‘posições actanciais’, mas apenas dos protótipos de actantes, dos quase-sujeitos e dos quase-objetos, da protensividade do sujeito, para utilizar a palavra de Husserl, e da potencialidade do objeto (p. 25).

Segundo a modalização, teremos, portanto, quatro possibilidades de sujeitos:

1. Proto-Sujeito: /não quer/, /não deve/, /não pode/ e /não sabe/, mas tem motivos para /querer/ ou /dever/ fazer.
2. Sujeito Virtual: /quer/ ou /deve/ fazer, mas não /sabe/ nem /pode/ fazer.
3. Sujeito Atualizado: /quer/ ou /deve/ fazer, /sabe/ e /pode/ fazer.
4. Sujeito Realizado: já fez.

2.2.2.3. Objetos e anti-actante

Um elemento do nível discursivo será objeto de valor no nível narrativo se for desejado diretamente por um sujeito ou se for o meio para um sujeito obter um outro objeto. No primeiro caso, temos um objeto de valor descritivo; no segundo, um objeto de valor modal, pois atuará na modalização do sujeito para o fazer. No exemplo dado, sem fazer nenhum esforço de imaginação sobre um contexto maior que, no fim das contas, pode ser infinitamente variado, a vida é um objeto de valor descritivo e o $S_{\text{quem chegou}}$ é um objeto de valor modal para S_{eu} , pois chegar significa “ficar junto”, entrar em conjunção e é por meio dessa conjunção que S_{eu} obtém o valor descritivo vida.

Além do fazer, que já comentamos acima, há um outro fazer que compreende justamente a construção de um objeto, seja ele modal ou descritivo, e resulta na conjunção desejada. Podemos ver que um ator do nível mais superficial ou discursivo pode sincretizar dois ou mais papéis no nível intermediário: o narrativo. No caso, aquele que chegou é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto modal. O contrário também é possível; por exemplo, o caso em que um grupo de pessoas (atores do nível discursivo) doa um objeto qualquer, ou seja, é o sujeito de uma transformação de estado, consistindo, porém, num único actante do nível narrativo.

Além disso, cabe notar que tanto S_{eu} quanto $S_{\text{quem chegou}}$ estão ligados por valores semelhantes, o fazer de $S_{\text{quem chegou}}$ beneficiando S_{eu} . Caso eles estivessem em confronto, um deles poderia ser chamado de anti-sujeito, para fazer a distinção. Já um anti-objeto é um objeto do qual queremos nos livrar.

2.2.2.4. Manipulação e sanção

Os valores dos quais acabamos de falar são aqueles que regem as relações entre sujeitos. Só algo importante pode ser usado para persuadir alguém a fazer alguma coisa. Trata-se do fazer persuasivo da manipulação. Já foi dito que a manipulação precede logicamente a ação, ou o fazer. Isso significa que a ação ocorre porque o sujeito está ligado a um destinador por um contrato. Voltemos ao exemplo dado: *Quando chegou, encheu-me de vida outra vez.*

Nesse caso, o único dado sobre a manipulação é o já comentado fato de que S_{eu} e $S_{quem\ chegou}$ estão agindo num mesmo quadro de valores. No entanto, também podemos afirmar que S_{eu} está avaliando o fazer de $S_{quem\ chegou}$, idéia reforçada pelo tempo verbal. O momento da narrativa correspondente ao exemplo é, portanto, a *sanção*, o momento em que alguém julga se outrem cumpriu um dado contrato. Não sabemos o teor do contrato e nem se ele foi feito entre S_{eu} e $S_{quem\ chegou}$, mas sabemos que eles estão sob a égide de valores semelhantes e que o julgamento de S_{eu} sobre $S_{quem\ chegou}$ é uma sanção positiva, ou seja, $S_{quem\ chegou}$ agiu bem, cumpriu um certo contrato e merece ser sancionado positivamente por reconhecimento (sanção cognitiva) ou premiação (sanção pragmática). No caso, parece tratar-se somente de reconhecimento. A sanção, portanto, completa o esquema narrativo: manipulação $\rightarrow$ ação $\rightarrow$ sanção.

Se aceitamos que o momento do exemplo era uma sanção, somos obrigados a concordar que a ação e a manipulação são obtidas por pressuposição; é justamente a possibilidade de pressuposição lógica que garante a compreensão do texto. Enquanto o fazer do destinador na manipulação é persuasivo e o fazer do destinatário é interpretativo⁵, na sanção, o destinador tem um fazer julgador e o destinatário, um fazer persuasivo, pois tentará convencer o destinador de que cumpriu o contrato e merece sanção positiva.

2.2.2.5. Paixões

Afirmamos mais acima que a manipulação, de certa forma, cria o sujeito, pois permite sua modalização. Também foi dito que a

⁵ Na manipulação, o destinador tenta persuadir o destinatário a fazer algo ou a crer em algo. O destinatário, por sua vez, interpreta a proposta do destinador para avaliar se a aceita ou não.

manipulação é uma relação entre sujeitos, em que um destinador usa seu fazer persuasivo para que um destinatário faça alguma coisa, cabendo a este, portanto, um fazer interpretativo. A partir dessa interpretação, o destinatário pode ou não crer nos argumentos do destinador e aceitar ou não o que lhe é proposto.

Como é, exatamente, o /querer/ de um sujeito? Ora, ele pode tomar muitas formas, tais como satisfação, insatisfação, resignação, crença, decepção, desejo de vingança, frustração, ambição, malevolência, confiança. São modalizações diferentes do sujeito, com características diferentes, que chegam a influenciar o próprio rumo da narrativa e que são conhecidas na semiótica como paixões. Portanto, a manipulação só vai funcionar se levar em conta o estado passional do destinatário. Por outro lado, o fazer interpretativo do destinatário também depende de seu estado passional.

O estado passional de um sujeito pode estar relacionado a um objeto ou a um outro sujeito. As paixões relacionadas a objetos, como o desejo ou a frustração, são paixões objetais, enquanto outras, como a crença ou a malevolência, são intersubjetivas. As paixões também podem ser simples ou complexas; essas últimas caracterizam-se por prever um percurso, ou seja, motivar uma ação complexa, com diversas etapas, a fim de liquidar a falta provocada por uma disjunção ou decepção. No caso da satisfação, o sujeito quer uma conjunção e realiza-a: uma paixão objetual simples. No caso da vingança, o sujeito quer uma conjunção, crê que alguém irá promover sua transformação de estado, decepciona-se quando isso não ocorre e, ao invés de modalizar-se para obter o objeto de valor, torna-se malevolente contra o outro sujeito, o qual destruiu sua crença (independentemente da responsabilidade ou não desse outro sujeito no contrato subjacente à crença). A vingança é, portanto, uma paixão intersubjetiva complexa.

Sendo assim, a satisfação é um /querer + poder + saber/ ser, enquanto a vingança é uma seqüência de modalizações que inclui a modalização pelo /crer/:

- /querer/ + /crer ser/ (confiança, crença)
- /querer/ + /não crer ser/ (decepção)
- /querer/ + /crer não ser/ (desejo de vingança)
- /querer/ + /não crer não ser/ (atualização para a ação)
- /querer/ + /crer ser/ (vingança)

Como nosso exemplo é insuficiente para trabalhar com as paixões, vamos supor que o $S_{\text{quem chegou}}$ é o mesmo que realizou a primeira transformação de estado. Lembrando do exemplo (*Quando chegou, encheu-me de vida outra vez.*) e concordando com essa suposição, diremos que S_{eu} queria uma conjunção com $S_{\text{quem chegou}}$ e iniciou seu percurso satisfeito. Ao deixar S_{eu} , $S_{\text{quem chegou}}$ tornou-o insatisfeito, desiludido, desesperado (a ausência pressuposta de vida o indica). Quando $S_{\text{quem chegou}}$ retorna outra vez, S_{eu} entra em conjunção com o objeto desejado e, portanto, torna-se satisfeito novamente. Percebe-se, pelo parco texto e pelo contexto imaginado, que não havia uma crença, pois S_{eu} não se revolta contra aquele que provocou sua insatisfação, e a perda não motiva nenhum percurso passional complexo. Trata-se, nesse caso, de uma paixão objetual simples.

2.2.3. O nível discursivo

O nível discursivo compreende a parte mais superficial e concreta do percurso gerativo do sentido. Diz respeito à aspectualização, a recursos de verossimilhança, à debreagem⁶, a isotopias temáticas e figurativas, que dão unidade semântica ao texto, e à instância da enunciação, segundo a semiótica, sempre pressuposta e apenas atingível indiretamente por marcas deixadas no texto.

Cabe, antes de mais nada, um breve comentário sobre a veridicção e as modalidades veridictórias, que fazem parte do nível discursivo, mas que funcionam como uma sobremodalização das paixões e podem também ser lidas no trabalho aspectual.

2.2.3.1. Veridicção e simulacro

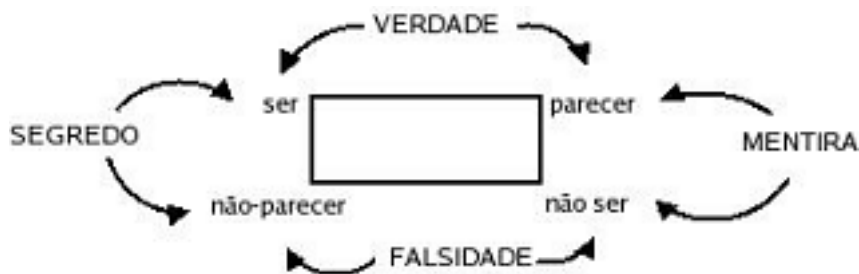
Para a semiótica, o problema da veridicção é um problema de enunciação, interno ao texto e que independe de autor e leitor reais. Além disso,

Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido de “verdade”: desse ponto de vista, a produção da

⁶ Debreagem ou desembreagem, segundo Barros (1990, p. 85), “é a operação pela qual a enunciação projeta os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso, utilizando, para tanto, as categorias da pessoa, do espaço e do tempo”.

verdade corresponde a um fazer cognitivo particular, de um fazer parecer verdadeiro que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo. (GREIMAS & COURTÈS, 1989, p.487)

Assim, a semiótica observa na estrutura enunciativa uma identidade com as estruturas narrativas, descritas acima. Tomamos, também de Greimas & Courtés (1989, p. 488), o quadrado semiótico das modalidades veridictórias:



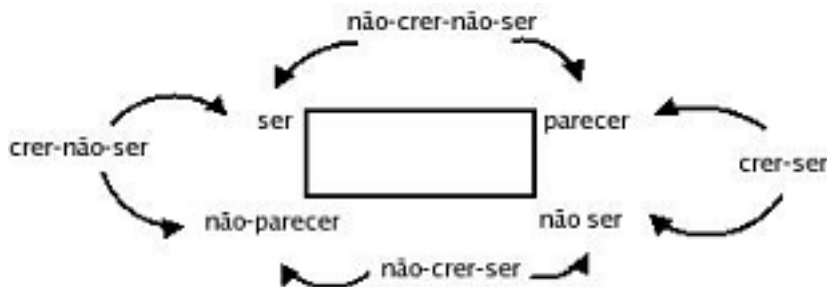
Assim,

A categoria da veridicção é constituída, percebe-se, pela colocação em relação de dois esquemas: o esquema parecer/não parecer é chamado de manifestação, o do ser/não ser, de imanência. É entre essas duas dimensões da existência que atua o “jogo da verdade”: estabelecer, a partir da manifestação, a existência da imanência, é decidir sobre o ser do ser” (GREIMAS & COURTÈS, 1989, p.488)

Na direção contrária àquela que vislumbrou a estrutura da manipulação no funcionamento enunciativo (da narrativa ao discurso), faremos uma incursão do discurso à narrativa, analisando as relações passionais entre sujeitos na linha adotada por Greimas, no artigo “De La Colère” (1983). Nesse texto, o autor discute o percurso passional da cólera (paixão complexa), definindo um momento inicial de espera.

A espera é uma certeza baseada no /saber/, para as paixões objetais, e no /crer/, para as paixões intersubjetivas. A espera fiduciária,

baseada no /crer/, compreende a criação de um simulacro⁷. Isso quer dizer que o sujeito da espera fiduciária é um sujeito que acredita que alguém fará algo por ele, não necessariamente em função de uma promessa, mas porque faz uma imagem do outro que nutre essa crença. Tal imagem pode não corresponder ao real. Se sobrepusermos ao quadrado da veridicção um esquema modal do /crer ser/, teremos:



Nas paixões em que entra um momento de decepção (tais como a cólera, a revolta ou a vingança), a “imagem do outro” criadora do estado de espera confiante não é real, pertence ao [parecer/não ser], uma mentira na qual se acredita. O sujeito dessa crença decepçiona-se justamente no momento em que há uma inversão das modalidades veridictórias: de repente, o que [parecia e não era], [não parece e não é], e ele passa a /não crer ser/. Essa decepção, muitas vezes, motiva um programa de liquidação da falta, que no caso específico das paixões intersubjetivas pode compreender um programa de vingança.

Em primeiro lugar, o sujeito torna-se virtual, sob um desejo de vingança que, no quadrado acima, situa-se no âmbito do [ser e não

⁷ O termo simulacro é aqui utilizado segundo a concepção proposta por Greimas & Courtés (1986, p. 206): “De façon quelque peu métaphorique, on emploie le terme de **simulacre**, en semiotique narrative et discursive, pour désigner le type de figures, à composante modale et thématique, à l’aide desquelles les actants de l’énonciation se laissent mutuellement appréhender, une fois projetés dans le cadre du discours énoncé. Du point de vue de leur contenu, ces figures peuvent être considérées comme représentatives de compétences respectives que s’attribuent réciproquement les actants de la communication. De ce fait, la construction de tels simulacres intervient, sur la dimension cognitive, comme un préalable nécessaire à tout programme de manipulation intersubjective.”

parecer], pois a virtualização do sujeito impulsiona a vingança justamente pela exacerbação do sentimento de falta, o /crer não ser/. Em seguida, vai buscar sua atualização como sujeito, o /saber/ e o /poder/ fazer, que envolve a aquisição de um /não crer não ser/ no nível da verdade [ser + parecer]. Caso realize sua vingança, o percurso encerra-se com a sincronia do /crer ser/ com a verdade.

2.2.3.2. Aspectualização

No quadro do percurso gerativo, compreende-se por **aspectualização** “a disposição, no momento da discursivização, de um dispositivo de categorias aspectuais mediante as quais se revela a presença implícita de um actante observador” (GREIMAS & COURTÈS, 1989, p.28-29.)

A aspectualização dá-se sobre o tempo, o espaço e os atores do discurso. Um observador, que pode estar sincretizado em qualquer papel actancial, mas muitas vezes aparece na fala do narrador, relativiza os atores segundo sejam excessivos/insuficientes/exatos, o tempo como acelerado/desacelerado e o espaço como aberto/fechado:

(...) um actante observador, para quem a ação realizada por um sujeito instalado no discurso aparece como um processo, ou seja, como uma “marcha”, um “desenvolvimento”. (GREIMAS & COURTÈS, 1989, p. 29.)

No exemplo que temos utilizado (*Quando chegou, encheu-me de vida outra vez.*), percebemos, em primeiro lugar, que o observador está instalado no ator que ocupa o papel actancial do S_{eu}, pois é o seu ponto de vista que aspectualiza o discurso. O espaço é definido por um deslocamento do *afastado* para o *junto*. O tempo estabelece um antes e um depois e sobremodaliza o espaço: é a terminatividade sobre o afastado que permite o junto; isso faz retornar ao espaço como um *junto* pontual: não é próximo nem perto, é no limite anterior à fusão.

Ainda em termos de tempo, lembremos que o texto pressupõe um antes do antes, em que o *afastado* ainda não existia. Por isso, a aspectualização determina uma incoatividade sobre esse antes do antes que estabelece uma duratividade sobre o antes. Essa duratividade termina no *quando* e, recuperando o antes do antes pela expressão *outra vez*, produz novo efeito de incoatividade, um novo começo. A duração é

rompida pelo *quando*: essa ruptura resulta em aceleração, a qual será desacelerada pela retomada da duratividade, que acabamos de descrever.

Os atores também estão aspectualizados, especialmente o S_{eu}, que se sobredetermina pela insuficiência, pela imperfeição, pela falta: será necessário um outro sujeito, o S_{quem chegou?} para que S_{eu} consiga um estatuto de suficiente (*encheu-me de vida*). Sob esse ponto de vista, S_{quem chegou} é um ator exato, completo.

Em suma, é a aspectualização que revela uma tensividade no tempo, no espaço e nos atores do texto, contribuindo, em grande escala, para compor a geração do sentido. Essa tensividade alia-se, no nível profundo, com a timia e, no nível narrativo, com as paixões, propiciando, dessa forma, um importante elo de ligação entre os níveis, e, de certa forma, explicando as conversões dos elementos profundos nos intermediários e destes nos elementos superficiais. Além disso, transformando teoricamente elementos concretos em tensão, a aspectualização facilita o trabalho com linguagens não-verbais.

Outras questões poderiam ser ainda abordadas no nível discursivo. Temos, por exemplo, a projeção de um “eu” (*encheu-me*), o que cria um efeito de sentido de subjetividade. Esse “eu” fala de um tempo anterior ao momento da enunciação (um não-agora), marcado pelos verbos no pretérito perfeito do indicativo. Essas questões dizem respeito às projeções da enunciação no enunciado (no caso, *debreagens*). Os atores, que exercem diferentes papéis actanciais no nível narrativo, aparecem, no patamar discursivo, como um “eu” e um “ele” (ou, eventualmente, um “você”, já que a desinência número-pessoal dos verbos utilizados permite as duas leituras). Temos também o tema do deslocamento (dentro de uma isotopia espacial) que explica a relação entre os atores.

3. À guisa de conclusão

Com essas rápidas “pinceladas”, esperamos ter dado ao leitor uma visão geral de algumas das categorias propostas pela teoria semiótica para a análise do plano de conteúdo dos textos, a partir dos três níveis que compõem o percurso gerativo de sentido. Evidentemente, uma análise mais fina e completa, como requer a teoria, não caberia nos limites deste texto e nem seria possível a partir do nosso exemplo. Nesse sentido, lembramos que um texto pode trabalhar melhor um nível que outro, um

componente do que outro e é sobre esse(s) aspecto(s) mais explorado(s) que a análise deve centrar-se. Foi o que buscamos fazer ao examinar nosso texto-exemplo: focalizamos as categorias que nos pareceram mais “salientes”, o que não esgota nem as categorias propostas para cada nível do percurso gerativo, nem a possibilidade de outras análises igualmente pertinentes.

Cabe esclarecer ainda que, conforme afirmamos anteriormente, abordamos apenas o plano do conteúdo. No entanto, o conteúdo só pode manifestar-se por meio de um plano de expressão. No momento em que, no simulacro metodológico, temos a junção do plano de conteúdo com um plano de expressão, ocorre a textualização. O texto é, assim, uma unidade que se dirige para a manifestação (FIORIN, 1995).

De forma um tanto simplificada, poderíamos dizer que temos textos com duas funções básicas: a função utilitária (informar, convencer, explicar, documentar etc.) e a função estética. Se alguém ouve ou lê um texto com função utilitária, não se importa com o plano da expressão; “atravessa”-o e vai diretamente ao conteúdo, para entender a informação. Foi o que o leitor fez quando leu o texto verbal que tomamos como base para a “explicação” da teoria semiótica. Já no texto com função estética (poesia, ballet, pintura etc), o plano da expressão faz mais do que apenas expressar o conteúdo: ele cria novas relações com o conteúdo, de tal sorte que importa não apenas o que se diz, mas o modo como se diz. Assim, a compreensão de um texto com função estética exige que se entenda não somente o conteúdo, mas também o significado dos elementos da expressão.

Como o leitor percebeu acima, a noção de texto, para a semiótica greimasiana, é bastante ampla, não se limitando ao texto verbal. É assim que uma escultura, uma pintura, um filme podem ser tomados como textos e analisados basicamente pelas mesmas categorias propostas para o nosso texto-exemplo. É isso, em última análise, que torna a semiótica uma das abordagens mais completas atualmente para o estudo do texto, seja ele verbal, não-verbal ou sincrético.

Referências

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 1990.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto em Semiótica. *Organon*, v.9, p.163-173, 1995.

GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Sémiotique. Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage*. Paris: Hachette, 1986, tome 2.

GREIMAS, A. J., COURTÈS, J. *Dicionário de Semiótica*. Trad. A. D. Lima, D.L.P. de Barros, E.P.Cañizal, E.Lopes, I.A.da Silva, M.J.C. Sembra e T.Y.Miyazaki. São Paulo: Cultrix, 1989.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das Paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

GREIMAS, A. J. De la colère. In: _____. *Du sens II*. Paris: Seuil, 1983. p. 225-246.

HJELMSLEV, L. *Prolégomènes a une théorie du langage - et - La structure fondamentale du langage*. Trad. Anne-Marie Léonard. Paris: Minuit, 1968.